

Renováveis em transição¹

Sasha Sampaio²

O setor de <u>energia renovável</u> no Brasil enfrenta um *trade-off* entre o fomento de estratégias para a <u>descarbonização</u> da matriz energética e a complexidade de viabilizar novos projetos diante dos desafios atuais.

A crescente adoção de práticas corporativas e políticas sustentáveis, combinada com as vantagens competitivas do Brasil, confirma seu papel de destaque na pauta de <u>transição</u> <u>energética</u>.

Paralelamente, desenvolvedores e investidores enfrentam incertezas regulatórias, imprevisibilidade de receitas e variáveis exógenas que impactam projeções de longo prazo, incluindo restrições do sistema e cenários econômicos voláteis.

Por um lado, observa-se um descompasso entre o excesso de demanda e baixa capacidade instalada nos momentos de pico, reflexo da rápida expansão da matriz e alocação de recursos que demandam maior equilíbrio.

Por outro, discussões acerca de um modelo de precificação mais realista refletem a maturidade do setor, marcando um ponto crucial de inflexão com desafios operacionais e financeiros a serem superados.

No que tange à avaliação econômico-financeira de investimentos — que inclui, mas não se limita, aos ativos renováveis — ambientes de maiores incertezas se refletem em um spread de risco mais elevado, que justifica o custo de oportunidade associado à alocação de capital naquele investimento específico.

Nesse cenário, alcançar a taxa mínima de atratividade torna-se mais desafiador para investidores, impactando a viabilidade de novos projetos.

Para escolhas de investimento condicionadas a teses mais sólidas, o caminho mais sustentável é a busca por fundamentos consistentes que prezem por uma maior eficiência operacional e gestão mais eficiente dos portfólios.

Para isso, devem ser adotadas estratégias integradas que envolvem otimização tecnológica, diversificação de ativos e mecanismos financeiros sofisticados para mitigar riscos. A transição energética demanda flexibilidade e controle sistêmico eficaz.

Dentro desse contexto, **limitadores de transmissão, disponibilidade de rede e** capacidade de compensar efeitos do <u>curtailment</u> são pontos críticos justamente por não serem fatores endógenos ao desenvolvedor ou gerador.

¹ Artigo publicado pela Agência Eixos. Disponível em: https://eixos.com.br/energias-renovaveis/renovaveis-em-transicao/ Acessado em 24.10.2025

² VP de Finanças Estruturadas da Lightsource bp no Brasil

Essa condição eleva a complexidade das decisões de investimento, já que a mitigação desses desafios depende tanto de intervenções regulatórias quanto de ações coordenadas entre agentes do sistema.

A expansão adequada da capacidade de transmissão combinada às soluções complementares, como a implantação de armazenamento em larga escala (<u>baterias</u> e hidrelétricas reversíveis), são sensíveis para limitar o crescimento observado das perdas e sustentar a pauta de descarbonização.

Este cenário se torna ainda mais evidente quando a discussão recai sobre a abertura do mercado livre para consumidores de baixa tensão, que amplia as oportunidades, mas também demanda soluções flexíveis e eficientes para garantir a sustentabilidade no setor.

O Brasil possui um potencial competitivo significativo na <u>economia verde</u>, sustentado por uma <u>matriz energética</u> diversificada e abundante em recursos renováveis. O avanço de tecnologias digitais, como <u>inteligência artificial</u>, tem o potencial de dinamizar o lado da demanda por energia limpa e fomentar novos modelos de negócio mais eficientes.

<u>Data centers</u>, impulsionados pelo regime <u>Redata</u>, desponta como um segmento promissor à competitividade e atração de players globais através de incentivos fiscais. Para que este cenário se consolide, regras claras e segurança jurídica, combinada à transparência e rastreabilidade dos algoritmos usados para decisões críticas (como despacho ou precificação) se mostram elementos-chave.

As <u>Medidas Provisórias 1300</u> e <u>1304</u> representam avanços significativos e um claro indicativo da maturidade do mercado. Contudo, para que o setor se alinhe a parâmetros mais consistentes, são necessárias segurança jurídica na implementação das novas regras e um período adaptativo para a viabilidade financeira dos projetos e a readequações contratuais.

Ademais, persistem preocupações quanto à plena repercussão tarifária e ao risco de que medidas restritivas limitem a adoção de modelos inovadores e flexíveis, essenciais para a competitividade do setor.

Reconhecer essa dualidade é fundamental para que o mercado brasileiro de <u>energia</u> <u>renovável</u> evolua de maneira sustentável, equilibrando segurança regulatória, atratividade econômica e capacidade de inovação.

O avanço tecnológico aliado a uma agenda regulatória mais integrada e fortalecimento de instrumentos financeiros é essencial para o Brasil capturar todo o potencial de sua matriz limpa.

Os exemplos internacionais mostram que a transição energética de fato ocorre com investimentos robustos em armazenamento de longa duração, digitalização e gestão inteligente do sistema.

Paralelamente, é imprescindível acelerar a expansão da transmissão e aprimorar os mecanismos de gestão da demanda, criando um ambiente flexível que suporte o crescimento sustentável. Dessa forma, o compromisso com uma matriz robusta e autossustentável se consolida.